



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/04/2014

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. OBRAS / REFORMAS.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. CNJ.....	2 - 3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	4
3.2. CNJ.....	5 - 6
3.3. COMARCAS.....	7

Fórum

Foi inaugurado na última sexta-feira o Fórum de Buriticupu. O prédio beneficiará 100 mil pessoas. Tem espaço para o funcionamento de dois gabinetes, um salão do júri, sala de audiência, recepção/ atendimento, arquivos, entre outros compartimentos.

Pedrinhas tem o quinto assassinato de preso

Um detento foi assassinado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, no final da tarde do último sábado(12). A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). Com o ocorrido, sobe para cinco o número de mortes no local em 2014. Se forem levados em conta os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chega a 65 o total de detentos assassinados em Pedrinhas desde o início de 2013. **GERAL 2**

PEDRINHAS

Mais um preso é morto

Complexo Penitenciário de Pedrinhas registra a quinta morte de preso só nos primeiros quatro meses deste ano. Causa da morte é desconhecida

Um detento foi assassinado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, no final tarde de ontem (12). A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). Com o ocorrido, sobe para cinco o número de mortes no local em 2014. Se forem levados em conta os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chega a 65 o total de detentos assassinados em Pedrinhas desde o início de 2013.

O detento era João Altair Oliveira Silva, que tinha 18 anos. Ele foi encontrado pelos monitores no corredor da unidade, na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), com perfurações pelo corpo. O contexto da morte

ainda é desconhecido e, segundo a Sejap, está sendo investigado pela polícia. A Sejap ainda não tem um posicionamento sobre o assunto. Com o registro, sobe para oito o número de presos mortos no sistema prisional do estado do Maranhão, em 2014.

Ao longo dos últimos anos, Pedrinhas tem sido palco de rebeliões e de brigas entre facções criminosas rivais, além de várias fugas, como a ocorrida no início do mês. Foi de lá que partiram as ordens para que, no fim de 2013, bandidos atacassem delegacias da região metropolitana da capital e atacassem fogo a ônibus. Em um dos cinco ônibus incendiados em São José de Ribamar, no dia 3 de janeiro, estava a menina Ana Clara Santos Souza, de 6 anos, que teve queimaduras em 95% do corpo

e morreu dois dias depois.

As outras mortes registradas no complexo neste ano foram de Pedro Viegas, estrangulado no interior de uma cela; Sildener Pinheiro Martins, que teve o corpo encontrado em uma cela do Centro de Detenção Provisória; Josivaldo Pinheiro Lindoso, que estava no Centro de Triagem, para onde tinha sido levado apenas dois dias antes, quando foi detido, e apresentava indícios de estrangulamento; e Jô de Souza Nojosa, que cumpria pena no CCPJ, também estrangulado.

Pelas informações fornecidas pela assessoria da Sejap à Agência Brasil, no início do ano, havia cerca de 2.196 detentos presos em Pedrinhas, cuja capacidade é 1.770 pessoas.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Leis da ditadura

Após 50 anos do golpe militar e passados 25 da promulgação da Constituição Cidadã (1988), juristas e legisladores questionam se as leis dos tempos da ditadura foram recepcionadas pelo ordenamento jurídico instituído pela nova Carta Magna.

Mesmo com a abertura política alguns diplomas legais foram mantidos e o Brasil continua regido por uma série de leis, práticas e códigos criados pelos militares que, valendo-se de medidas autoritárias, redefiniram regras das principais áreas da administração pública.

A manutenção de muitas normas cabe em parte à instabilidade econômica que o país atravessa e ao entendimento dos governantes de que há coisas mais urgentes a se pensar.

A sensação é de que nossa democracia tem certos limites que não podem ser ultrapassados, tendo em vista a dificuldade para se chegar a consensos sobre mudanças, diante da resistência de alguns beneficiários do sistema ditatorial que até hoje continuam mandando no país.

Algumas dessas leis trazem nitidamente as marcas de um período totalitário. Outras, no entanto, são mais objetivas e, pelo menos à primeira vista, parecem não representar ameaças ao ordenamento jurídico.

O Código Tributário (Lei 5.172/1966) e o Código de Processo Civil (Lei 5.869/1973), por exemplo, continuam em vigor até hoje. Mesmo havendo um projeto para um novo CPC em tramitação no Congresso, é o antigo que está valendo.

Por ter tomado como base uma escola tradicional, onde não há espaço para questionamentos sobre o limite entre o que é técnico e o que é político, a criação desses dispositivos legais é relacionada a períodos não democráticos.

O Código Penal Militar e o Código de Processo Penal Militar, ambos de 1969, também continuam em vigor, mas há iniciativas da própria Justiça Militar para revisá-los, já que, entre outros tópicos desatualizados, algumas das penas estão defasadas em comparação com a legislação penal comum.

A Constituição de 1988 foi uma resposta ao que se tinha vivido após o Golpe de 64. Depois de um período de privação de direitos, a Carta Magna veio repleta de direitos fundamentais, e o fato de ser antítese da fase anterior acaba por ser uma de suas marcas.

Entre as reações estão a previsão de igualdade, liberdade de expressão e o total repúdio à tortura, como prevê o Inciso III do Artigo 5º, onde está estabelecido que "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante".

A Constituição Cidadã foi criada para garantir todos os direitos que haviam sido retirados pelo regime militar e acrescentar outros nunca previstos antes. E até hoje, 25 anos depois de sua promulgação, ainda se procura incluir direitos por meio de emendas, até mesmo o direito à busca da felicidade, como propõe uma PEC em tramitação no Congresso Nacional.

Regulação da mídia

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, defendeu a criação de um marco legal para a regulação dos meios de comunicação no Brasil. Segundo ele, falta diversidade ideológica e racial a jornais e emissoras de televisão.

O ministro negou que a regulação constitua uma forma de censura à imprensa. Para ele, o marco legal ajudaria juizes a resolver conflitos entre meios de comunicação e pessoas que se sentem afetadas por informações difundidas.

Liberdade na internet

O projeto do Marco Civil reforça a liberdade na internet ao prever que o provedor só exclua conteúdo de terceiros mediante ordem judicial.

A aprovação do Marco Civil da Internet pela Câmara dos Deputados traz um alento para o nebuloso cenário que vem se formando.

Não é legítimo atribuir ao provedor o papel de censor das ideias expressadas pelos usuários, sobretudo em um Estado democrático.

Trabalho doméstico

O patrão que não assinar a carteira de trabalho do empregado doméstico poderá ser multado em, pelo menos, um salário mínimo.

A lei, publicada na última quarta-feira (9) no *Diário Oficial da União* após sanção da presidente Dilma Rousseff, determina basicamente que as irregularidades no trabalho doméstico devem ser punidas com as mesmas multas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.

A norma passa a valer a partir de 8 de agosto. Se a Justiça trabalhista considerar que há "gravidade" na infração, a pena poderá ser dobrada.

Substituição tributária

Caso o projeto de lei que reduz o uso da substituição tributária na cobrança do ICMS seja aprovado pelo Congresso, os Estados devem perder anualmente R\$ 10 bilhões de sua receita.

A substituição tributária, criada para combater a sonegação, permite que os Estados cobrem de uma empresa o ICMS devido pelos clientes que compram seus produtos.

Assassinado 10º preso neste ano no sistema prisional do Maranhão

Mais um detento foi encontrado morto, na tarde de sábado (12), na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), unidade do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. O corpo de João Altair Oliveira Silva, de 18 anos, tinha perfurações pelo corpo, provocadas por “chuços” (facas artesanais). Ele foi encontrado por monitores no corredor da unidade. Com essa morte, sobe para dez o número de presos assassinados em presídios do Maranhão neste ano (mais de três por mês). Só em Pedrinhas, foram cinco homicídios (três no Centro de Detenção Provisória (CDP) e duas na CCPJ).

ÚLTIMA PÁGINA

Assassinado 10º preso neste ano em unidades prisionais do Maranhão

OSWALDO VIVIANI

Mais um detento foi encontrado morto, na tarde de sábado (12), na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), unidade do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. O corpo de João Altair Oliveira Silva, de 18 anos, tinha perfurações pelo corpo, provocadas por "chuços" (facas artesanais). Ele foi encontrado por monitores no corredor da unidade.

Com essa morte, sobe para dez o número de presos assassinados em presídios do Maranhão neste ano (mais de três por mês). Só em Pedrinhas, foram cinco homicídios (três no Centro de Detenção Provisória (CDP) e duas na CCPJ). Um assassinato foi na CCPJ do Anil (unidade

que não fica no Complexo de Pedrinhas). Os outros quatro ocorreram em Unidades de Ressocialização do interior do estado – Santa Inês, Balsas, Itapecuru-Mirim e Timon. O secretário estadual de Justiça e Administração Penitenciária confirmou a morte, mas a Sejap não se pronunciou oficialmente até este domingo (13).

O Maranhão vive uma crise no sistema penitenciário do estado, com a descoberta rotineira de túneis nos presídios e dezenas de fugas concretizadas. Os assassinatos de presos – que somaram 60 no ano passado, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – também continuam, apesar de o Batalhão de Choque da Polícia Militar e a Força Nacional (federal) estarem à frente da segurança em Pedrinhas.



DIVULGAÇÃO

O PRESO FOI encontrado com perfurações no corpo no final da tarde de sábado, mas as circunstâncias da morte não foram informadas

OS 10 PRESOS MORTOS EM 2014 NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO MA

1 Josinaldo Pereira Lindoso, 35

Encontrado estrangulado na manhã de 2 de janeiro, na cela 9 do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas. Tinha condenação por assalto.

2 Sildener Pinheiro Martins, 19

Morto a "chuçadas", igualmente no dia 2 de janeiro, à tarde, também no Centro de Detenção Provisória (CDP), numa cela do Bloco Alfa. Acusado de assalto e homicídio. Sem condenação.

3 Jô de Sousa Nojosa, 21

Assassinado por enforcamento, com uma "teresa" (corda improvisada), no dia 21 de janeiro, na cela 7 do bloco D da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas. Tentou entrar com maconha e um celular, numa visita a um detento. Preso porque já havia um mandado de prisão contra ele, por porte ilegal de arma. Sem condenação.

4 Cledeilson de Jesus Cunha, 37

Assassinado por estrangulamento na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Santa Inês (a 245 quilômetros de São Luís) em 22 de janeiro. Cumpria condenação por assalto e respondia também por participação no homicídio de Josinaldo Pereira Lindoso, no CDP de Pedrinhas, em 2 de janeiro.

5 Valdiano Fernandes da Silva, 27

Espancado no domingo (26) por quatro presos, na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Balsas (a 790 quilômetros de São Luís), morreu na terça (28), no Socorrão de Imperatriz. Estava preso por assalto. Sem condenação.

6 Joelson da Silva Moreira, o 'Índio', 29

Espancado no dia 7 de fevereiro (sábado), por outros detentos, na Delega-

cia Regional de Itapecuru-Mirim (a 120 quilômetros de São Luís). Foi trazido no mesmo dia para a capital e internado no Hospital Municipal Dr. Clementino Moura (Socorrão 2), com múltiplos ferimentos, em estado grave. Morreu na noite de quarta-feira (12).

7 João Francisco Diniz Pereira

Encontrado enforcado na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) do bairro do Anil, na tarde do dia 26 de fevereiro, na cela 4 do Pavilhão Externo. Tinha 6 presos na cela. João Francisco era acusado de assaltos e tráfico de drogas. Havia ingressado no dia 25 de janeiro de 2012 no sistema prisional maranhense.

8 Pedro Elias Martins Viegas, 31

Assassinado por enforcamento no fim da tarde de 1º de março, no Centro de Detenção Provisória (CDP - Pedrinhas). Preso por tráfico de drogas. Havia sido transferido do Centro de Triagem para o CDP há menos de uma semana.

9 Antonio André de Sousa Santana

Assassinado com golpes de barra de ferro no dia 24 de março, no Presídio Jorge Vieira, em Timon. Um detento que estava na mesma cela que Antonio André – o Leidiano Alves Feitosa – teria sido o autor do crime.

10 João Altair Oliveira Silva, 18

Assassinado na tarde de 12 de abril, na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), unidade do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. Tinha perfurações pelo corpo, provocadas por "chuços" (facas artesanais). O corpo de João Altair foi encontrado por monitores no corredor da unidade.

APICUM-AÇU

Sobrinho e irmão de prefeito ouvidos em audiência irão a Júri Popular

NELSON MELO

Após audiência realizada nesta quarta-feira (9), na Comarca de Bacuri, distante 500 km de São Luís, ficou decidido que José Cláudio Cunha Neto, de 21 anos, o "Cunha Neto", e José Claudionor Cunha, 48, sobrinho e irmão do prefeito de Apicum-Açu (MA), respectivamente, irão a Júri Popular. Eles foram ouvidos como réus de um processo em que são suspeitos pela morte de Gilvando Monteiro Fonseca, 34, o "Tô", no município ao qual os acusados residem. A decisão foi comunicada por um empresário da cidade e amigo da vítima, que pediu para não ser identificado na matéria.

Conforme a fonte que compareceu ao JP descreveu, a audiência teve início às 8h30 e ter-

minou por volta das 19h40 do mesmo dia. Durante o evento jurídico, onde os dois parentes do prefeito Cláudio Cunha (PV) estavam sendo ouvidos, 7 testemunhas foram arroladas. Elas, porém, ao serem interpeladas sobre o assassinato de Gilvando, declararam que não sabiam de nada. Esta revelação foi feita pelo empresário à reportagem. Ao fim do processo legal, o juiz Marcelo Santana Farias determinou que os suspeitos seriam julgados em Júri Popular, a ser realizado no mês de junho deste ano.

Em 16 de novembro de 2013, por volta das 9h, Gilvando chegou ao povoado de Turirana, em Apicum-Açu, a fim de comprar peças para sua moto. "Cunha Neto" e seu pai - que estavam sentados no estabelecimento -, ao avistarem a vítima, saíram do local, aguardando-o do lado de

fora. Assim que "Tô" se despediu do balconista, com o produto em mãos, o sobrinho do prefeito desferiu um disparo de pistola ponto 40 no peito esquerdo de Gilvando, quando este subia na garupa da motocicleta de um mecânico. Depois, eles correram para um matagal, mas foram cercados pela polícia, que os prendeu à noite daquele dia, saindo da área de mato.

O crime revoltou a população local, pois Gilvando era muito querido pelos moradores. Ele era mototaxista e motorista de van, e, com a renda destes dois trabalhos, sustentava oito filhos. Amigos dele acreditam que a morte tenha ligação com uma discussão de trânsito ocorrida um mês antes do assassinato, no qual a vítima e outro parente do prefeito teriam se desentendido, sendo jurado de morte, desde então.